

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

1º TRIMESTRE
2025

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA AGRICULTURA FAMILIAR
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO CONTÁBIL
1º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2025

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis do Ministério do
Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
(Órgão Superior 49000), relativas ao 1º Trimestre
do Exercício de 2025.

Brasília - DF, 30 de abril de 2025

MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
Luiz Paulo Teixeira Ferreira

SECRETÁRIA EXECUTIVA
Fernanda Machiaveli

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Diego Donizetti Gonçalves Machado

COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
Renato das Neves Iwakawa

COORDENADOR DE CONTABILIDADE
Emerson Costa Nogueira Sousa

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), é órgão da administração pública federal direta, criado pela Lei 14.600/2023, e tem como áreas de competência:

- ✓ Reforma agrária, regularização fundiária em áreas rurais da União e do Incra;
- ✓ Acesso à terra e ao território por comunidades tradicionais;
- ✓ Cadastros de imóveis rurais e governança fundiária;
- ✓ Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas;
- ✓ Desenvolvimento rural sustentável voltado à agricultura familiar, aos quilombolas e a outros povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Política agrícola para a agricultura familiar, abrangendo produção, crédito, seguro, fomento e inclusão produtiva, armazenagem, apoio à comercialização e abastecimento alimentar;
- ✓ Sistemas agroalimentares em territórios rurais e urbanos, agricultura urbana e Peri urbana;
- ✓ Cadastro nacional da agricultura familiar;
- ✓ Cooperativismo, associativismo rural e sistemas agroindustriais da agricultura familiar;
- ✓ Energização rural e energias renováveis destinadas à agricultura familiar;
- ✓ Assistência técnica e extensão rural voltadas à agricultura familiar;
- ✓ Infraestrutura hídrica para produção e sistemas agrícolas e pecuários adaptadas à agricultura familiar, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- ✓ Conservação e manejo dos recursos naturais vinculados à agricultura familiar;

- ✓ Pesquisa e inovação relacionadas à agricultura familiar;
- ✓ Cooperativismo e associativismo rural da agricultura familiar;
- ✓ Biodiversidade, conservação, proteção e uso de patrimônio genético de interesse da agricultura familiar;
- ✓ Educação do campo;
- ✓ Políticas de fomento e etnodesenvolvimento no âmbito da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Sistemas locais de abastecimento alimentar, compras públicas de produtos e alimentos da agricultura familiar;
- ✓ Comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;
- ✓ Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários; e
- ✓ Produção e divulgação de informações dos sistemas agrícolas e pecuários, incluídos produtos da sociobiodiversidade.

Integram a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, além das unidades de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, quatro secretarias, três órgãos colegiados, quatro entidades vinculadas:

1) órgãos específicos singulares:

- a) Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia;
- b) Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental;
- c) Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar; e
- d) Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais.

2) Órgãos colegiados:

- a) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- b) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF; e
- c) Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais;

3) Entidades vinculadas:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (autarquia);
- b) Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (empresa pública);
- c) Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP (empresa pública);
- d) Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa Minas (sociedade de economia mista)

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do MDA foram elaboradas observando o disposto na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000.; abrangendo, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e de suas entidades vinculadas no âmbito da administração direta e indireta (Órgão Superior 49000, no SIAFI, Órgãos Vinculados: 22201 – INCRA, 22211 – CONAB, 49000 – MDA, 49001 – Fundo de Terras).

Este Relatório Contábil do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar contém as seguintes Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964, complementadas pelas notas explicativas referentes aos seus itens mais relevantes:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC; e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI:

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro – BF e na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Caixa e equivalentes de caixa – incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

No INCRA a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização é decorrente de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Os empréstimos e financiamentos a receber são constituídos de valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, e no FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimentos da aplicação financeira do BNDES.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do MDA, a CONAB possui os maiores saldos desse grupo de ativos, em contas de Estoque de Mercadorias em Armazéns de Terceiros e Estoques Públicos.

Ativo realizável a longo prazo – Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos, investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Investimentos – São compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado.

Imobilizado – é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que, tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O

sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade.

Passivos circulantes e não circulantes – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas,

previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.

A conta “Precatório de terceiros”, no INCRA, registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas, e outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No MDA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas (curto e longo prazo) na CONAB;
- b) Provisões Matemáticas a Longo Prazo na CONAB;
- c) Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo na CONAB; e
- d) Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo na CONAB.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

a) Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de

competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

b) Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	845.043.333,88	782.141.399,10	Despesas Orçamentárias	2.082.382.519,42	2.036.538.247,69
Ordinárias	189.709.886,42	167.705.284,34	Ordinárias	664.571.176,62	1.257.420.070,65
Vinculadas	569.624.192,45	551.052.704,46	Vinculadas	1.417.811.342,80	779.118.177,04
Seguridade Social (Exceto Previdência)	9.526,33	12.132,75	Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.627.641,00	915.871,08
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	150.447.318,00	156.374.820,00
Fundos, Órgãos e Programas	569.539.599,78	551.040.571,71	Fundos, Órgãos e Programas	1.262.736.383,80	621.827.485,96
Recursos Não Classificados	75.066,34				
(-) Deduções da Receita Orçamentária	85.709.255,01	63.383.410,30			
Transferências Financeiras Recebidas	4.527.360.735,42	3.827.696.188,78	Transferências Financeiras Concedidas	3.953.636.727,55	3.441.973.920,02
Resultantes da Execução Orçamentária	2.041.807.563,62	2.023.484.467,60	Resultantes da Execução Orçamentária	1.384.260.766,15	1.420.336.635,42
Cota Recebida	646.401.222,63	606.287.567,59	Repasse Concedido	589.330.763,41	589.159.265,23
Repasse Recebido	600.476.338,25	586.019.529,82	Sub-repasse Concedido	794.875.307,18	831.177.370,19
Sub-repasse Recebido	794.875.307,18	831.177.370,19	Repasse Devolvido	11.447,78	
Repasse Devolvido	11.447,78		Sub-repasse Devolvido	43.247,78	
Sub-repasse Devolvido	43.247,78		Independentes da Execução Orçamentária	2.569.375.961,40	2.021.637.284,60
Independentes da Execução Orçamentária	2.485.553.171,80	1.804.211.721,18	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.069.504.798,90	499.364.872,15
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.737.386.508,68	933.086.114,04	Demais Transferências Concedidas	290.110.879,93	361.283.131,25
Demais Transferências Recebidas	288.122.486,43	361.296.802,38	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.209.760.282,57	1.160.989.281,20
Movimentação de Saldos Patrimoniais	460.044.176,69	509.828.804,76	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.639.247.021,55	1.561.785.551,66	Pagamentos Extraorçamentários	590.969.395,69	673.348.017,84
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	197.049.759,32	197.589.691,17	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	213.502.677,48	206.650.184,78
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.401.897.546,00	1.344.411.355,54	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	367.701.353,59	348.291.275,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.565.903,25	11.402.907,52	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.049.453,17	5.678.772,14
Outros Recebimentos Extraorçamentários	26.733.812,98	8.381.597,43	Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.715.911,45	112.727.785,72
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		123.213,11	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	120.979,17	
Restituições a Pagar	217,39		Pagamento de Passivos Recebidos		600.382,57
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	6.115,16	2.755,90	Valores Compensados		4.286,81
Arrecadação de Outra Unidade	26.661.034,60	8.255.628,42	Demais Pagamentos	3.594.932,28	112.123.116,34
Valores para Compensação	66.445,83				
Saldo do Exercício Anterior	3.806.496.195,22	3.546.113.097,98	Saldo para o Exercício Seguinte	4.191.158.643,41	3.565.876.051,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.806.496.195,22	3.546.113.097,98	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.191.158.643,41	3.565.876.051,97
TOTAL	10.818.147.286,07	9.717.736.237,52	TOTAL	10.818.147.286,07	9.717.736.237,52

2. Balanço Patrimonial

ATIVO		2025	2024	PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO CIRCULANTE		9.457.136.480,16	8.922.183.725,07	PASSIVO CIRCULANTE	2.770.049.045,17
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.191.158.643,41	3.806.496.195,22	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	235.673.937,39
Créditos a Curto Prazo		5.014.422.826,62	4.828.138.904,64	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-
Clientes		3.663.988,81	3.623.584,08	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	83.194.735,38
Clientes		3.663.988,81	3.623.584,08	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	5.100.477,09
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		2.139.122.345,38	2.139.122.345,38	Transferências Fiscais a Curto Prazo	34.978.321,87
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		2.141.020.976,27	2.141.020.976,27	Provisões a Curto Prazo	133.154.584,23
(-) Ajuste para Perdas em Empréstimos e Financiamentos Conc.		-1.898.630,89	-1.898.630,89	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.277.946.989,21
Demais Créditos e Valores		2.871.636.492,43	2.685.392.975,18		
Demais Créditos e Valores		2.873.325.607,33	2.687.082.090,08		
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo		-1.689.114,90	-1.689.114,90		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-		
Estoques		248.471.465,92	287.340.378,11		
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-		
VPDs Pagas Antecipadamente		3.083.544,21	208.247,10		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		780.940.198.701,55	780.672.523.537,65	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.069.604.549,23
Ativo Realizável a Longo Prazo		13.836.535.415,02	13.579.868.893,49	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-
Créditos a Longo Prazo		13.836.535.347,28	13.579.868.825,75	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		4.784.042.017,14	4.618.689.864,14	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		4.784.042.017,14	4.618.689.864,14	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-
Dívida Ativa Não Tributária		138.870.250,67	138.870.250,67	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-
Dívida Ativa Não Tributária		138.870.250,67	138.870.250,67	Provisões a Longo Prazo	143.504.112,69
Demais Créditos e Valores		8.913.623.079,47	8.822.308.710,94	Demais Obrigações a Longo Prazo	926.100.436,54
Demais Créditos e Valores		8.913.623.079,47	8.822.308.710,94	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.839.653.594,40
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		67,74	67,74		
Investimentos		6.219.715,23	6.220.249,01	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Participações Permanentes		4.223.232,27	4.223.766,05	ESPECIFICAÇÃO	
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		3.369,46	3.369,46	2025	2024
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		14.756.952,03	14.757.485,81	Patrimônio Social e Capital Social	302.801.001,74
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-10.537.089,22	-10.537.089,22	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-
Propriedades para Investimento		1.995.321,48	1.995.321,48	Reservas de Capital	7.626,91
Propriedades para Investimento		2.849.856,93	2.849.856,93	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-854.535,45	-854.535,45	Reservas de Lucros	24.406.432,33
Demais Investimentos Permanentes		1.161,48	1.161,48	Demais Reservas	531.024.631.455,43
Demais Investimentos Permanentes		1.161,48	1.161,48	Resultados Acumulados	255.205.835.070,90
Imobilizado		767.054.891.718,96	767.044.017.176,93	Resultado do Exercício	592.493.097,37
Bens Móveis		270.189.780,81	266.613.136,86	Resultados de Exercícios Anteriores	254.580.712.745,11
Bens Móveis		537.819.790,37	529.958.490,77	Ajustes de Exercícios Anteriores	32.629.228,42
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-264.198.166,28	-259.913.510,63	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-3.431.843,28	-3.431.843,28	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	786.557.681.587,31
Bens Imóveis		766.784.701.938,15	766.777.404.040,07		
Bens Imóveis		767.050.790.642,80	767.041.502.347,45		
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-266.088.704,65	-264.098.307,38		
Intangível		42.551.852,34	42.417.218,22		
Softwares		41.782.277,19	41.647.643,07		
Softwares		44.893.563,17	44.758.929,05		
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-3.111.285,98	-3.111.285,98		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		490.506,40	490.506,40		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		490.706,40	490.706,40		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-200,00	-200,00		
Direitos de Uso de Imóveis		279.068,75	279.068,75		
Direitos de Uso de Imóveis		279.068,75	279.068,75		
TOTAL DO ATIVO		790.397.335.181,71	789.594.707.262,72	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	790.397.335.181,71
					789.594.707.262,72

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	4.447.780.868,80	4.068.848.937,42	PASSIVO FINANCEIRO	3.319.814.795,33	2.326.913.705,89
ATIVO PERMANENTE	785.949.554.312,91	785.525.858.325,30	PASSIVO PERMANENTE	3.546.364.896,06	3.367.468.384,71
SALDO PATRIMONIAL			783.531.155.490,32 783.900.325.172,12		

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2025 2024	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2025 2024
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.343.355.888,89 1.437.113.211,14	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.881.145.142,37 3.722.176.391,80
Atos Potenciais Ativos	1.343.355.888,89 1.437.113.211,14	Atos Potenciais Passivos	3.881.145.142,37 3.722.176.391,80
Garantias e Contragarantias Recebidas	89.981.486,44 89.698.003,26	Garantias e Contragarantias Concedidas	7.178,66 7.178,66
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	1.250.626.655,64 1.344.697.313,99	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	1.772.296.632,25 1.650.432.093,89
Direitos Contratuais	2.747.746,81 2.717.893,89	Obrigações Contratuais	2.108.841.331,46 2.071.737.119,25
Outros Atos Potenciais Ativos	- -	Outros Atos Potenciais Passivos	- -
TOTAL	1.343.355.888,89 1.437.113.211,14	TOTAL	3.881.145.142,37 3.722.176.391,80

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.010.619.377,19
Recursos Vinculados	2.138.585.450,66
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-103.596.449,74
Previdência Social (RPPS)	-102.753.652,68
Dívida Pública	-48.475.262,12
Fundos, Órgãos e Programas	2.252.564.712,31
Recursos Extraorçamentários	140.845.496,94
Recursos Não Classificados	605,95
TOTAL	1.127.966.073,47

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.240.494.181,79	5.500.087.338,96
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.931.823,02	8.215.415,30
Taxas	8.931.823,02	8.215.415,30
Contribuições	722.658.930,88	628.458.230,12
Contribuições Sociais	4.058.714,45	6.064.418,92
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	718.600.216,43	622.393.811,20
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	41.172.431,41	37.384.257,67
Venda de Mercadorias	36.735.120,86	25.106.761,84
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	4.437.310,55	12.277.495,83
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	64.960.200,24	77.964.673,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	4.636.094,25
Juros e Encargos de Mora	24.514.397,55	20.649.690,38
Variações Monetárias e Cambiais	10.525.312,63	13.121.038,89
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	29.920.490,06	39.557.849,48
Transferências e Delegações Recebidas	4.745.129.933,27	4.081.915.603,74
Transferências Intragovernamentais	4.697.233.985,40	3.941.427.046,55
Outras Transferências e Delegações Recebidas	47.895.947,87	140.488.557,19
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	560.859.071,78	591.699.452,42
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	16.025.326,50	21.784.994,45
Ganhos com Incorporação de Ativos	255.079.047,63	169.461.790,05
Ganhos com Desincorporação de Passivos	289.754.697,65	400.452.667,92
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	96.781.791,19	74.449.706,71
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	13,95	-528,74
Resultado Positivo de Participações	-	5,64
Subvenções Econômicas	1.616.367,21	14.923.742,66
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	8.801.585,11	14.835.959,84
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	86.363.824,92	44.690.527,31
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.648.001.084,42	5.266.863.332,53
Pessoal e Encargos	389.287.090,83	391.387.751,87
Remuneração a Pessoal	266.479.906,47	272.635.983,79
Encargos Patronais	106.336.277,81	106.656.954,79
Benefícios a Pessoal	13.244.670,57	10.973.892,03
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	3.226.235,98	1.120.921,26
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	196.071.923,06	193.731.240,09
Aposentadorias e Reformas	123.985.839,07	126.087.190,24
Pensões	64.356.105,47	62.684.616,64
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.729.978,52	4.959.433,21
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	106.669.903,91	118.627.040,16
Uso de Material de Consumo	2.321.198,23	3.028.431,31
Serviços	98.069.485,26	111.336.766,47
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.279.220,42	4.261.842,38
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.909.736,08	58.229,73
Juros e Encargos de Mora	2.794.501,75	50.170,36
Variações Monetárias e Cambiais	99.110,61	-
Descontos Financeiros Concedidos	16.123,72	8.059,37
Transferências e Delegações Concedidas	4.335.213.172,38	3.717.406.087,11
Transferências Intragovernamentais	4.123.501.342,18	3.555.703.315,79
Transferências Intergovernamentais	49.961.410,94	39.492.081,16
Outras Transferências e Delegações Concedidas	161.750.419,26	122.210.690,16
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	513.175.423,85	783.970.172,50
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	829.487,31	8.320.083,47

Perdas Involuntárias	9.701.255,24	3.924.837,95
Incorporação de Passivos	410.051.993,41	572.239.029,62
Desincorporação de Ativos	92.592.687,89	199.486.221,46
Tributárias	11.078.313,29	12.935.863,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.127.586,60	11.203.332,25
Contribuições	1.950.726,69	1.732.530,76
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	42.359.953,13	33.292.861,44
Custo das Mercadorias Vendidas	42.359.953,13	33.292.861,44
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	51.235.567,89	15.454.086,62
Subvenções Econômicas	50.912.170,53	14.900.663,30
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	323.397,36	553.423,32
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	592.493.097,37	233.224.006,43

4. Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	824.601.838,39	824.601.838,39
Receitas Tributárias	-	-	6.252.333,20	6.252.333,20
Taxas	-	-	6.252.333,20	6.252.333,20
Receitas de Contribuições	-	-	732.268.111,92	732.268.111,92
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	732.268.111,92	732.268.111,92
Receita Patrimonial	-	-	25.123.885,99	25.123.885,99
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	1.690.766,53	1.690.766,53
Valores Mobiliários	-	-	23.433.119,46	23.433.119,46
Receitas de Serviços	-	-	2.417.212,80	2.417.212,80
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	2.417.212,80	2.417.212,80
Outras Receitas Correntes	-	-	58.540.294,48	58.540.294,48
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	136.586,99	136.586,99
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	3.269.954,33	3.269.954,33
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	364.603,54	364.603,54
Demais Receitas Correntes	-	-	54.769.149,62	54.769.149,62
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	20.441.495,49	20.441.495,49
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	16.754.997,61	16.754.997,61
Alienação de Bens Móveis	-	-	72.388,41	72.388,41
Alienação de Bens Imóveis	-	-	16.682.609,20	16.682.609,20
Amortização de Empréstimos	-	-	3.686.497,88	3.686.497,88
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	845.043.333,88	845.043.333,88
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	845.043.333,88	845.043.333,88
DEFICIT	-	-	1.237.339.185,54	1.237.339.185,54
TOTAL	-	-	2.082.382.519,42	2.082.382.519,42
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.315.810.617,00	3.315.810.617,00	2.082.375.669,42	680.478.123,42	483.428.364,10	1.233.434.947,58
Pessoal e Encargos Sociais	2.344.708.173,00	2.344.708.173,00	1.826.782.663,12	544.889.694,54	373.489.533,80	517.925.509,88
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	971.102.444,00	971.102.444,00	255.593.006,30	135.588.428,88	109.938.830,30	715.509.437,70
DESPESAS DE CAPITAL	8.798.664,00	8.798.664,00	6.850,00	6.850,00	6.850,00	8.791.814,00
Investimentos	8.798.664,00	8.798.664,00	6.850,00	6.850,00	6.850,00	8.791.814,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.324.609.281,00	3.324.609.281,00	2.082.382.519,42	680.484.973,42	483.435.214,10	1.242.226.761,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.324.609.281,00	3.324.609.281,00	2.082.382.519,42	680.484.973,42	483.435.214,10	1.242.226.761,58
TOTAL	3.324.609.281,00	3.324.609.281,00	2.082.382.519,42	680.484.973,42	483.435.214,10	1.242.226.761,58

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	250.863.512,29	533.735.343,06	185.029.116,47	165.969.523,32	11.121.060,39	607.508.271,64
Pessoal e Encargos Sociais	106.130,37	12.486.489,70	628.822,54	587.446,27	6.168.659,66	5.836.514,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	250.757.381,92	521.248.853,36	184.400.293,93	165.382.077,05	4.952.400,73	601.671.757,50
DESPESAS DE CAPITAL	168.606.182,54	1.079.138.069,62	203.627.623,37	201.731.830,27	4.480.114,84	1.041.532.307,05
Investimentos	82.646.376,46	286.530.177,31	27.294.605,60	25.398.812,50	4.480.114,84	339.297.626,43
Inversões Financeiras	85.959.806,08	792.607.892,31	176.333.017,77	176.333.017,77	-	702.234.680,62
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	419.469.694,83	1.612.873.412,68	388.656.739,84	367.701.353,59	15.601.175,23	1.649.040.578,69

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	11.687.600,73	223.081.896,18	212.865.996,79	809.286,75	21.094.213,37
Pessoal e Encargos Sociais	1.304.870,72	183.334.131,46	182.984.918,14	305.055,82	1.349.028,22
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	10.382.730,01	39.747.764,72	29.881.078,65	504.230,93	19.745.185,15
DESPESAS DE CAPITAL	13.433.515,47	21.856.404,31	636.680,69	15.903.000,00	18.750.239,09
Investimentos	11.188.225,65	4.447.549,14	636.680,69	-	14.999.094,10
Inversões Financeiras	2.245.289,82	17.408.855,17	-	15.903.000,00	3.751.144,99
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	25.121.116,20	244.938.300,49	213.502.677,48	16.712.286,75	39.844.452,46

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	546.525.688,21	125.554.856,52
INGRESSOS	5.392.262.290,04	4.596.270.067,70
Receita Tributária	6.252.333,20	5.751.091,60
Receita de Contribuições	732.268.111,92	634.531.813,37
Receita Patrimonial	1.690.766,53	2.352.029,19
Receita de Serviços	2.417.212,80	19.304.084,98
Remuneração das Disponibilidades	23.433.119,46	39.135.635,31
Outras Receitas Derivadas e Originárias	58.540.294,48	47.837.932,63
Outros Ingressos Operacionais	4.567.660.451,65	3.847.357.480,62
Ingressos Extraorçamentários	13.565.903,25	11.402.907,52
Restituições a Pagar	217,39	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	6.115,16	2.755,90
Transferências Financeiras Recebidas	4.527.360.735,42	3.827.696.188,78
Arrecadação de Outra Unidade	26.661.034,60	8.255.628,42
Valores para Compensação	66.445,83	
DESEMBOLSOS	-	-
Pessoal e Demais Despesas	-781.829.567,88	-824.214.526,16
Administração	-12.833,10	-8.265,69
Assistência Social	-68.328.916,78	-161.601.251,68
Previdência Social	-171.247.340,95	-174.542.443,62
Direitos da Cidadania	-63.548,95	-6.495,76
Gestão Ambiental	-	-400.000,00
Agricultura	-96.517.983,72	-70.526.308,54
Organização Agrária	-405.311.951,23	-382.456.883,04
Encargos Especiais	-40.226.013,98	-34.796.090,94
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-120.979,17	123.213,11
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-100.625.920,95	-86.120.207,14
Intergovernamentais	-6.333.466,40	-3.898.431,34
A Estados e/ou Distrito Federal	-4.168.561,86	-2.100.330,18
A Municípios	-2.164.904,54	-1.798.101,16
Intragovernamentais	-52.958.730,42	-63.318.592,03
Outras Transferências Concedidas	-41.333.724,13	-18.903.183,77
Outros Desembolsos Operacionais	-	-
3.963.281.113,00	3.560.380.477,88	
Dispêndios Extraorçamentários	-6.049.453,17	-5.678.772,14
Pagamento de Passivos Recebidos		-600.382,57
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
3.953.636.727,55	3.441.973.920,02	
Valores Compensados		-4.286,81
Demais Pagamentos	-3.594.932,28	-112.123.116,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-161.863.240,02	-105.791.902,53
INGRESSOS	20.441.495,49	33.228.812,02
Alienação de Bens	16.754.997,61	17.709.944,50
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.686.497,88	15.518.867,52
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-182.304.735,51	-139.020.714,55
Aquisição de Ativo Não Circulante	-14.140.313,73	-6.978.568,85
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-167.167.500,00	-130.693.703,95
Outros Desembolsos de Investimentos	-996.921,78	-1.348.441,75
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-

INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	384.662.448,19	19.762.953,99
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.806.496.195,22	3.546.113.097,98
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.191.158.643,41	3.565.876.051,97

6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	302.801.001,74	-	7.626,91	13.656.525,98	555.772.909.482,12	225.737.845.332,63	-	-	781.827.219.969,38
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	131.871.935,48	-3.695.740.549,57	-	-	-3.563.868.614,09
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-24.880.119.358,97	31.572.507.593,34	-	-	6.692.388.234,37
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	980.198.606,55	-	-	980.198.606,55
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	10.749.906,35	-	-10.749.906,35	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-3.348.331,49	-	-	-3.348.331,49
Saldo Final do Exercício 2024	302.801.001,74	-	7.626,91	24.406.432,33	531.024.662.058,63	254.580.712.745,11	-	-	785.932.589.864,72

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	302.801.001,74	-	7.626,91	24.406.432,33	531.024.662.058,63	254.580.712.745,11	-	-	785.932.589.864,72
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	36.523.854,35	-	-	36.523.854,35
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-30.603,20	-3.894.625,93	-	-	-3.925.229,13
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	592.493.097,37	-	-	592.493.097,37
Saldo Final do Exercício 2025	302.801.001,74	-	7.626,91	24.406.432,33	531.024.631.455,43	255.205.835.070,90	-	-	786.557.681.587,31

NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir, apresentam-se as notas explicativas referentes aos fatos, valores e registros mais relevantes na análise das demonstrações contábeis do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no primeiro trimestre de 2025.

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, representando recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Abaixo, a distribuição do valor no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Órgãos vinculados:

ÓRGÃO	SALDO (R\$)
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	3.437.879.774,40
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	365.025.085,29
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	177.508.221,90
FUNDO DE TERRAS	210.745.561,82
TOTAL	4.191.158.643,41

A distribuição por tipo de disponibilidade está assim composta:

CONTA CONTÁBIL	SALDO (R\$)
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5.379.639,72
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	7.950,00
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA	2.564.661.682,53
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA EM TRÂNSITO	39.924.149,03
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	3.585.302,70
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1.349.444,09
RESGATE APLIC FINAN LIQ IMED RECURSOS CTU	(307.480,99)
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	1.443.405.034,43
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	124.311.561,06
GARANTIAS	8.841.360,84
TOTAL	4.191.158.643,41

Do valor total registrado, 61,19% são Títulos da Dívida Agrária, que compõe o ativo do INCRA. Esses títulos são emitidos para pagamentos de aquisição de imóveis rurais destinados à política de reforma agrária.

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Abaixo segue a composição do Grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	SALDO (R\$)
13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	8.552.207,51
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	4.683.436,88
VIAGENS - ADIANTAMENTO	552.702,37
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	12.094.842,79
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	1.994.704,01
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	375.914.048,59
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	28.621,45
ADIANTAMENTO DE IRPJ E CSLL	0,00
TOTAL ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	403.820.563,60
AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113 (C/C 090)	(1.689.114,90)
TOTAL AJUSTE P/PERDA DEMAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	(1.689.114,90)
CRED A REC POR FOLHA DE PAGAMENTO	34.710,85
CRED A REC POR DANO AO PATRIMONIO	1.725.827,45
CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV	133.043,81
CRED A REC DECOR FALTA/IRREG COMPROVACAO	5.055.483,55
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	6.949.065,66
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	5,45
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	5,45
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	813.808,07
VALOR A REC C/GRU DE DESP VINC CONVEN ESTORNA	45.237,53
SAQUES POR CARTAO DE PAGTO A CLASSIFICAR	14.910,00
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	0,00
CRED A REC POR REEMB SALÁRIO MATERNIDADE PG	0,00
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	145.326,86
CRED A REC POR ALIENACAO BENS MOVEIS/IMOVEIS	28.128.315,15
CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDOR/EX SERV	89.812.566,49
CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	1.014,85
RECURSOS DA UNIAO	91.046.491,23
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	952.743.750,81
CREDITOS PARCELADOS	3.609.556,02
CRED A REC - REGULARIZ FUNDIARIA E REF AGRARI	15.258.754,40
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	1.113.032.454,77
TOTAL OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	2.294.652.186,18
ICMS A RECUPERAR / COMPENSAR	79.074.278,45
ICMS DIFERIDO	78.176.721,50
IRRF A COMPENSAR	42.672,50
IR E CSLL A RECUPERAR/COMPENSAR	10.569.506,41
COFINS A RECUPERAR / COMPENSAR	33.364,21
PIS/PASEP A RECUPERAR/COMPENSAR	7.243,37
TOTAL TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	167.903.786,44
TOTAL	2.871.636.492,43

Verifica-se que 38,76% do valor total se refere a Termos de Execução Descentralizada firmados com outros órgãos da Administração Pública Federal para consecução das políticas do Ministério e seus Órgãos vinculados.

Os 33,18%, registrados em Créditos a receber por cessão de créditos pela União, se referem a valores de doações de estoques efetuados pela CONAB.

Outra rubrica expressiva neste grupo de contas são os Adiantamentos a Fornecedores. Representando 13,09%, os valores se referem a registros, feitos pela CONAB, de aquisição de produtos para posterior incorporação aos estoques quando de seu recebimento.

Nota 03 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – CP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Empréstimos Concedidos a Receber, no total de R\$ 4,7 milhões, que se referem a valores a receber de beneficiários referentes à concessão de crédito de instalação à assentados da Reforma Agrária, registrados no INCRA; e
- b) Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros – no total de R\$ 2,1 bilhões (99,8% do valor total) e se referem à capitalização do FUNDO DE TERRAS, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03. São valores próprios do Fundo, oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira e reembolso, disponíveis para concessão de novos empréstimos no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Cabe pontuar que não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Já há tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 04 – Estoques - CP

Do valor total dos R\$ 240 milhões registrados nessa conta, 99% são estoques destinados à revenda ou doação, administrados pela CONAB. O valor representa 0,04% do ativo total do Órgão Superior. A variação negativa de 13,53%, observada no período, se deve

a venda e/ou doação dos produtos armazenados, dentro da política de abastecimento gerenciada pela CONAB.

Nota 05 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – LP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Os Empréstimos a Receber, no total de R\$ 1,5 bilhão, registrados no INCRA, referentes a valores a receber de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); e
- b) E os Financiamentos Concedidos a Receber – no total de R\$ 3,1 bilhões, referentes aos contratos de financiamentos firmados no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, sob administração dos agentes financeiros que fazem a gestão dos contratos de financiamento.

Cabe pontuar que em relação a esse grupo de contas, há distorções nos valores registrados:

- a) No INCRA não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência; e
- b) Não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Em ambos os casos, já há nos órgãos tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 06 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Do valor total de R\$ 8,9 bilhões, 82% se referem a conta “Créditos a Receber – Regularização Fundiária e Reforma Agrária” que registra os valores a receber decorrentes da emissão de títulos, pela União, em processos de regularização fundiária de terras de sua

competência, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

Nota 07 – Bens Imóveis

Os bens imóveis representam 97,14% do ativo total do MDA, num valor total de R\$ 766 bilhões, assim distribuídos entre os órgãos que compõe o Ministério:

	INCRA	CONAB	MDA
BENS DE USO ESPECIAL	764.353.428.588,60	322.385.706,46	
BENS DOMINICAIS	1.912.179.735,26		
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	392.978.237,79	21.672.960,13	
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	2.252.248,01	9.240.479,98	17.937.968,00
INSTALAÇÕES	6.212.009,70	178.634,50	8.023.121,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	4.300.953,37		
DEPREC./ACUM./AMORT. ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	(34.020.408,99)	(232.068.295,66)	
TOTAL	766.637.331.363,74	121.409.485,41	25.961.089,00

Do total dos bens imóveis, se destacam os Bens de Uso Especial, que representam 99% do total, registrados, quase em sua totalidade no INCRA. A tabela a seguir apresenta a composição deste grupo:

BENS DE USO ESPECIAL – COMPOSIÇÃO	SALDO
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	332.311.809.788,25
TERRENOS, GLEBAS	431.189.229.323,32
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	121.954.023,26
EDIFÍCIOS	288.948.346,12
COMPLEXOS, FÁBRICAS E USINAS	53.108.898,28
IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	8.713.148,76
OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	702.050.767,07
TOTAL	764.675.814.295,06

Verifica-se que 99,85% dos valores estão registrados nas contas “Fazendas, Parques e Reservas” e “Terrenos e Glebas”, do INCRA. Esses imóveis ruais encontram-se, quase que em sua totalidade, cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUnet, conforme prevê a Portaria Conjunta STN-SPU 703/2014.

A valoração desses imóveis é feita com base na Planilha de Preços Referenciais (PPR) elaborada pelo INCRA, como resultado do produto do Valor da Terra Nua (VTN).

Nota 08 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP

No encerramento do trimestre, O Órgão Superior apresentou um saldo de R\$ 78,4 milhões em “Fornecedores e Contas a Pagar”, sendo o total do saldo em obrigações de curtos prazo e à credores nacionais.

O valor representa 2,17% do passivo total do órgão, sendo que no período houve aumento de 35,29% no saldo desse grupo de contas, com relação ao encerramento do exercício anterior. O saldo está assim distribuído pelos órgãos do MDA:

ÓRGÃO		SALDO - R\$
22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	44.481.771,76
22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	33.018.394,31
49000	MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR	5.028.448,13
TOTAL		82.528.614,20

Abaixo os maiores fornecedores e contas a pagar por Órgão:

a) INCRA

FORNECEDOR	VALOR (em R\$)
COOPERATIVA DE TRABALHO AGRICOLA, ASSISTENCIA TECNICA,	4.001.132,58
SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	3.918.778,03
TOPOSAT ENGENHARIA LTDA	3.750.400,92
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.893.661,90
DIAMANTINA PROJETOS LTDA	2.127.831,75
FERRARI CONSTRUcoes E SERVICOS LTDA	2.075.184,23
DELTA PROJETOS AGROPECUARIOS PARNAMIRIM LTDA	1.659.278,09
JULIANA CRISTINA NARCIZO	1.505.685,55
TERRAPLANA SERVICOS DE TERRAPLANAGEM LTDA	1.323.234,58
SEMENTES ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL EM PROJET	1.077.364,58

b) CONAB

FORNECEDOR	VALOR (em R\$)
G10 TRANSPORTES S.A.	2.311.470,68
COOPERATIVA REGIONAL DE INDUSTRIALIZACAO E COMERCIALIZA	1.522.499,63
COOPERATIVA DE COMERCIALIZACAO DA AGRICULTURA FAMILIAR	1.177.386,77
REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO	1.036.889,73
LEEVE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	897.594,84
REDE PRODUTIVA DE AVICULTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR D	890.881,58
COOPERATIVA MISTA DE COMERCIALIZACAO E TRABALHO GRANO L	845.687,29
ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DE FRUTAS	761.280,45
ASSOCIACAO DOS PISCICULTORES AMIGOS DE PETROLANDIA-APAP	602.566,51
ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA CO	477.070,10

c) MDA

FORNECEDOR	VALOR (em R\$)
R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA	1.287.289,53
ASSOC RIOGR DE EMPR DE ASSIST TEC E EXTENSAO RURAL	1.088.235,04
EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTENCIA E EXTEN	822.951,66
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	663.601,46
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	371.865,35
PREMIER EVENTOS LTDA	205.963,70
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO E EXTENSAO RURAL	142.352,99
PLANALTO SERVICE LTDA	86.439,98
COOPERATIVA MISTA DE PROD., INDUS. E COMERC. DE BIOCOMB	73.689,95
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS - RURAL	56.621,80

Nota 09 – Provisões

As provisões a curto e a longo prazo somavam o montante de R\$ 276 milhões em 31/03/2025, resultando numa variação de 30,17% em relação ao período anterior. A variação se deu em função do registro de valores depositados em contas judiciais referentes a processos trabalhistas movidos contra a CONAB.

A tabela a seguir apresenta a composição das provisões registradas no MDA, ressaltando que todos os valores estão contabilizados no passivo da CONAB.

PROVISÃO	Março/2025	Dezembro/2024
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	87.362.341,54	85.227.751,34
Riscos Fiscais a Curto Prazo	20.101.754,95	19.989.784,58
Riscos Cíveis a Curto Prazo	25.690.487,74	25.807.239,14
Total a Curto Prazo	133.154.584,23	131.024.775,06
Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	35.275.623,20	36.016.991,78
Matemáticas a Longo Prazo	7.491.066,93	7.491.066,93
Riscos Fiscais a Longo Prazo	1.032.448,38	1.031.774,49
Riscos Cíveis a Longo Prazo	37.036.308,48	36.958.916,38
Outras a Longo Prazo	62.668.665,70	
Total a Longo Prazo	143.504.112,69	81.498.749,58

Essas provisões se referem a desembolsos prováveis referentes aos processos judiciais relativos as ações Trabalhistas, Cíveis e Fiscais, nos quais a CONAB figura no polo passivo, e são contabilizadas com base em planilhas elaboradas pela área jurídica da Companhia.

No longo prazo, as provisões matemáticas se referem aos riscos inerentes ao Plano de Previdência Complementar dos empregados da empresa, o CIBRIUS.

Nota 10 – Outras Obrigações

Em “Outras Obrigações” estão compreendidas um subgrupo de obrigações perante terceiros que não foram incluídas em subgrupos específicos. Em 31/03/2025, o MDA apresentou um saldo de R\$ 2,97 bilhões em “Outras Obrigações”, sendo R\$ 2,06 bilhões registrados no curto prazo (69,58%) e R\$ 904 milhões no longo prazo (30,42%). Quando comparado a 31/12/2023, o saldo apresentou um acréscimo de 46,81% no curto prazo, e um decréscimo de 1,26% no longo prazo. A tabela a seguir apresenta as rubricas que compõem esse subgrupo.

OBRIGAÇÃO	2024	2023
INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	14.925.622,52	14.679.491,97
DIARIAS A PAGAR	277.591,90	173.859,24
ENTIDADES CREDORAS - FEDERAIS	1.573.601.979,13	1.485.682.384,88
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LIBERAR	16.334.463,08	16.334.463,08
GRU-VALORES EM TRANSITO PARA ESTORNO DESPESA	154.016,44	25.838,43
ORDENS BANCARIAS CANCELADAS	283.219,46	31.725,32
SAQUE -CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	536.462,08	450.878,51
FATURA - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDER	421.230,65	627.823,44
CONVENIOS E INSTR CONGENERES DEVOLVIDOS	1.335.784,45	457.372,75
SUBVENCOES A PAGAR	2.447.321,01	616.575,91
ENTIDADES PRIVADAS DE PREVIDENCIA	76.350.028,18	101.362.524,95
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR - TED	492.562.579,73	449.376.657,84
OBRIGACOES COM ENTIDADES ESTADUAIS	39.918,65	
OBRIGACOES COM ENTIDADES MUNICIPAIS	8.831,88	
TOTAL CURTO PRAZO	2.179.279.049,16	2.069.819.596,32
ENTIDADES PRIVADAS DE PREVIDENCIA	925.415.284,94	904.940.572,70
TOTAL LONGO PRAZO	925.415.284,94	904.940.572,70

a) Curto Prazo

Do valor total de R\$ 2,17 bilhões, 72% se referem ao registro do diferimento da receita da política de estoques públicos, registrados na CONAB.

Outros 22% se referem a Termos de Execução Descentralizada firmados por INCRA, CONAB e MDA, como recebedores de recursos, em execução e/ou pendentes de comprovação.

b) Longo Prazo

O valor de R\$ 925 milhões, se refere integralmente ao contrato de firmado entre a CONAB e o Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS), para saldar o plano de previdência

complementar da empresa, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas. Em março foi paga a parcela 63/228 do acordo.

11 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão do Órgão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o Órgão, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

O Resultado Patrimonial apurado no primeiro trimestre de 2025 foi superavitário em R\$ 592 milhões, conforme se verifica na tabela a seguir.

	31/03/2025	31/03/2025	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	6.240.494.181,79	5.500.087.338,96	13,46%
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	5.648.001.084,42	5.266.863.332,53	7,24%
Resultado Patrimonial do Período (III = I - II)	592.493.097,37	233.224.006,43	(54,04)%

Em comparação com o mesmo período do exercício anterior, o resultado negativo aumentou em R\$ 359 milhões (3,53%).

A seguir apresentam-se os valores mais relevantes na apuração do resultado patrimonial.

a) Transferências Intragovernamentais

As transferências intragovernamentais representam 76,04% das Variações Patrimoniais Aumentativas no exercício, se referem às transferências relativas à execução orçamentária, e de bens e valores, para execução das atividades e políticas do Ministério e dos Órgãos Vinculados.

b) Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Representado 11,52% das VPAs do Órgão, num montante de R\$ 718 milhões, o valor se refere à arrecadação da CIDE pela Receita Federal, repassada ao INCRA, decendialmente.

c) Ganhos com Incorporação de Ativos

Do valor total de R\$ 255 milhões, 36% dos valores se referem ao registro de transferências financeiras, via TED, efetuados pelo MDA e Órgãos Vinculados, que são contabilizadas no ativo até que tenham sejam apresentadas as prestações de contas por parte dos Órgãos recebedores.

d) Outras Transferências e Delegações Recebidas

O valor total de R\$ 47 milhões registrados nesse grupo de contas refere-se a movimentações de bens entre as Unidades Gestoras do MDA e Órgão Vinculados, bem como de bens recebidos por essas unidades oriundas de outros órgãos da Administração Pública Federal.

12. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Pelo critério do empenho, o Resultado Orçamentário no 1º trimestre de 2025, foi deficitário em R\$ 1,2 bilhão, uma vez que as receitas realizadas montaram a quantia de R\$ 845 milhões e as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 2,082 bilhões. Pela ótica de caixa, ou seja, considerando as despesas efetivamente pagas, inclusive restos a pagar, o resultado apresentou déficit de R\$ 219 milhões.

Importante frisar que, no Balanço Patrimonial, as colunas "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada", apresentam saldo zerado tendo em vista que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 foi sancionada em 10 de abril (Lei nº 15.121, de 2025).

13. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), pelas transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e

pelo resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

No trimestre, o resultado financeiro apresentou um superávit de R\$ 384 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

	31/03/2025	31/03/2024	AH (%)
Receita Orçamentária (I)	845.043.333,88	782.141.399,10	8,04%
Despesa Orçamentária (II)	2.082.382.519,42	2.036.538.247,69	2,25%
Resultado Orçamentário (III = I - II)	-1.237.339.185,54	-1.254.396.848,59	-1,36%
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	4.527.360.735,42	3.827.696.188,78	18,28%
Transferências Financeiras Concedidas (V)	3.953.636.727,55	3.441.973.920,02	14,87%
Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)	573.724.007,87	385.722.268,76	48,74%
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	1.639.247.021,55	1.561.785.551,66	4,96%
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	590.969.395,69	673.348.017,84	-12,23%
Resultado Extraorçamentário (IX = VII - VIII)	1.048.277.625,86	888.437.533,82	17,99%
Resultado Financeiro do Trimestre (X = III + VI + IX)	384.662.448,19	19.762.953,99	1846,38%

14. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” na MDA apurada em 31/03/2025 foi de R\$ 384 milhões, representando uma variação positiva de 1.846,38% em relação ao período anterior, quando o resultado gerado foi de R\$ 19 milhões, conforme tabela a seguir.

	31/03/2025	31/03/2024	AH (%)
Atividades Operacionais	546.525.688,21	125.554.856,52	335,29%
Atividades de Investimento	-161.863.240,02	-105.791.902,53	53,00%
Atividades de Financiamento	-	-	-
Total	384.662.448,19	19.762.953,99	1846,38%

EMERSON COSTA NOGUEIRA SOUSA
Contador Responsável
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar